

DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Francisco Bezerra dos Santos
Gederson do Carmo Souza
Isaiane Bezerra dos Santos

Universidade do Estado do Amazonas-UEA

RESUMO:

A exclusão deriva um histórico da humanidade marcado por atos de preconceito a tudo que é diferente. Nesse sentido, o diferente pode torna-se “especial”, como é o caso das pessoas com deficiências ou altas habilidades/superdotação, que carecem de medidas educativas diferenciadas, afinal, uma criança especial demanda um professor igualmente especial, em sentidos distintos. Contudo, há inúmeras barreiras para a prática docente eficaz desse professor, assim como há diversas possibilidades de desenvolvimento dos sujeitos inseridos no contexto da Educação Especial. Pensando nisso, o presente trabalho visa abordar os desafios e possibilidades da Educação Especial e se justifica pela importância de se discutir uma modalidade de ensino frequentemente relegada a um segundo plano diante das discussões nacionais sobre a Educação, mesmo que o público-alvo seja composto por indivíduos tão carentes de atenção e cuidado. Mediante revisão bibliográfica dos autores como Vygotsky (1997), Mazzotta (2003), entre outros, foi possível compreender que a permanência dos alunos com necessidades especiais nas escolas regulares, a incompletude da formação docente e a descrença dos profissionais mediante os alunos com algum tipo de deficiência constituem um dos principais desafios na Educação Especial, ao passo que a atenção devida às potencialidades dos educandos com necessidades especiais podem criar grandes possibilidades para sua evolução concreta.

Palavras-chave: Educação Especial, Desafios, Possibilidades, Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A História da Humanidade tem mostrado que o preconceito vem de épocas muito remotas. Já na Antiguidade estrangeiros, deficientes e mulheres eram considerados foram no padrão tido como “normal” dentro da sociedade e, portanto, eram excluídas na medida do possível e tal situação era considerada perfeitamente normal por todos.

Com o passar dos anos, através de estudos como o de Mazzotta (2003), viu-se que a percepção global acerca do que era realmente considerado “diferente” veio mudando; o conceito de “diferente” veio tornando-se, na verdade, “especial”, e junto a isso, vieram se juntar discussões acerca da inclusão e do atendimento voltado exclusivamente para essas pessoas especiais. Nesse contexto, a escola se mostra como um lócus de renovações contínuas para a Educação Especial.

Mesmo que a escola, em seu percurso histórico, tenha se caracterizado como um espaço de educação seletiva para grupos minoritários, sabe-se que ela tem um papel fundamental no processo de construção de valores que podem auxiliar a sociedade na compreensão coletiva da vida e no

respeito pelas diferenças. Assim, a escola também pode criar práticas concretas de convívio e respeito pelas diferenças, entendendo a multiplicidade de pontos de vista existentes no convívio social, principalmente no que tange as pessoas com algum tipo de deficiência ou superdotação (FUMEGALLI, 2012).

Seja na escola regular, seja nas escolas especiais, ou seja também na escola regular onde os alunos com necessidades especiais frequentam a escola no horário diferenciado de suas aulas a fim de participarem da Educação Especial através das salas de AEE (Atendimento Especial Especializado) – esses sujeitos merecem uma Educação Especial de qualidade, que foquem nas necessidades e nas potencialidades específicas de cada educando, mesmo que os obstáculos tendam a querer se impor diante da vontade de aprender. Partindo do exposto neste trabalho discorreremos sobre os desafios e as possibilidades da Educação Especial, no que diz respeito as conquistas e ainda as dificuldades de assegurar uma educação de qualidade no Brasil, dessa forma teremos como suporte teórico distintos estudiosos da temática em questão.

METODOLOGIA

Para a consolidação desta pesquisa partimos de uma investigação de cunho bibliográfica, a qual nos ancoramos em distintos estudiosos que defendem e divulgam a partir de seus estudos as temáticas da Educação Especial. A partir das muitas leituras e fichamentos de textos teóricos para a compreensão da temática e para o amadurecimento das ideias, organizamos um conjunto de atividades a serem realizadas de forma sistemáticas para se atingir os objetivos propostos. Sendo assim o referido trabalho busca averiguar o histórico desta modalidade de educação que tem sido alvo de muitas discussões.

Primeiramente fez-se necessário a leitura e fichamentos de textos teóricos de estudiosos que se dedicam a pesquisar esta temática. A partir disso é que o trabalho tornou-se viável, pois a compreensão da temática se ampliou-se também diante de nossas experiências e observações enquanto professores em formação e participantes de projetos em escolas públicas. Perante essas observações notamos que as escolas da rede pública de ensino muitas vezes não tem condições de manter o aluno com alguma necessidade especial em sala de aula, por isso acreditamos que se deve discutir e pesquisar ainda mais essa problemática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Educação Especial no Brasil corresponde à educação diferenciada dada aos indivíduos que apresentam algum tipo de deficiência classificada sob a perspectiva médica, psicológica ou pedagógica. Mais especificamente, a educação especial é tida como uma:

Modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresenta necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001 p. 4).

Segundo uma perspectiva histórica de autores como Mazzota (2003) e Bueno (2004), após a proclamação da República a Educação Especial começou a se expandir lentamente, assim como a educação escolar regular pelo Brasil. Já no Segundo Império, surgiram instituições como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854 (onde atualmente funciona o Instituto Benjamim Constant), e o Instituto Nacional de Educação dos Surdos em 1857. E de acordo com Mazzota (2003) em 1927 surgiu o primeiro Instituto Pestalozzi no Brasil, cujo trabalho era voltado para as pessoas com deficiência intelectual. Nas décadas que se seguiram esse tipo de educação foi se ampliando de forma gradual, essencialmente com a criação de entidades privado-assistenciais.

A partir de 1973 foi criado no MEC através do decreto nº 72.425 o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), cujo objetivo era de promover, a expansão e melhoria na qualidade do atendimento aos sujeitos excepcionais. Essa instituição ficou responsável por gerenciar a Educação Especial no território brasileiro, a partir de uma filosofia de integração, dando maior visibilidade as pessoas com deficiências ou superdotação (MAZZOTA, 2003).

Paralelo a isso, ainda na década de 1970, surgiram também as denominadas Classes Especiais, mediadas por professores especializados, dentro de escolas comuns, cujos alunos eram aqueles que apresentavam algum tipo de deficiência ou mesmo alterações no processo de aprendizagem. Logo, tal método visava escolarizar os estudantes que não conseguiam se adaptar a demanda da escola regular. Tal iniciativa gerou polêmica, pois era vista mais como uma segregação do que como uma inclusão, pois separava criteriosamente as crianças “especiais” dos ditos “normais” Magalhães (2002). Mais tarde tal situação daria margem para discussão acerca da Educação Inclusiva.

Para Drago (2009) o processo inclusivo das crianças especiais começa a tomar fôlego, de forma efetiva, a partir de 1990, quando se começa a discutir possibilidades socioeducativas em escala mundial, a fim de elaborar uma articulação mais precisa entre a educação especial e a escola comum. Diante desse panorama, surgem três documentos a fim de abrir as portas para a Educação Inclusiva: as declarações de Jomtien (1990), e a de Salamanca (1994). A declaração de Jomtien surge da Conferência Mundial sobre educação para todos, realizado na Tailândia em 1990; a declaração de Salamanca é criada na “Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade da educação para todos”, em 1994. Por isso, as políticas públicas no Brasil para esse campo de atuação começaram a ser revistas.

A partir dessas renovações das percepções acerca da Educação Especial, tornaram-se mais claras os objetivos que devem ser buscados para se atingir uma educação de qualidade para esse público diferenciado. Glat e Blanco (2007, p.17):

Neste contexto, a Educação Especial encontra-se, também, em processo de ressignificação de seu papel, para abranger, além do atendimento especializado direto, o suporte às escolas regulares que recebem alunos que necessitam de ajudas diferenciadas e específicas para aprender.

Como afirma Mantoan (2003) a Inclusão é o privilégio de se conviver com as diferenças, aprendendo com elas e aprendendo a respeitá-las, atitude tão ausente no mundo contemporâneo.

Além disso, a Lei nº 8.069/90 artigo 55, do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Portanto, não é vedada a obrigação se tais filhos e pupilos tiverem algum tipo de diferença. Todas as crianças devem ter acesso a uma escola de qualidade, principalmente as crianças com necessidades especiais, pois a educação é um direito de todos, mediante a educação inclusiva ancorada à Educação Especial torna-se possível oportunizar a igualdade de oportunidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, no art. 58, define a Educação Especial como modalidade de educação escolar, que seja oferecida sempre que possível na rede regular de ensino para os alunos com necessidades especiais. A lei ainda afirma que sempre que for necessário a escola deve oferecer serviços especializados a fim de que possa atender as necessidades específicas dos estudantes (SILVA, 2010). Entre os principais serviços especializado, há a readaptação dos currículos, dos métodos de ensino e organização devida por parte da gestão da instituição de ensino. Porém, diante desse processo os indivíduos com necessidades especiais costumam encontrar alguns entraves, sendo os mais graves, a própria formação docente; a

permanência desses alunos; o diagnóstico oficial; e até mesmo o descaso dos educadores com algumas condições que poderiam ser amplamente desenvolvidas quando bem estimuladas.

A questão da formação docente preparada para o trabalho com crianças especiais talvez seja um dos fatores mais agravantes e, ao mesmo tempo, que podem ser mais revolucionários quando se fala no tratamento dado a essas pessoas. A Resolução CNE/CP nº1/2002 tece comentários sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação dos professores da educação básica, no qual assevera que a organização curricular dessa formação deve ser voltada para o acolhimento e o trabalho com a diversidade, em todos os sentidos, principalmente contemplando as especificidades dos alunos com necessidades especiais (SILVA, 2010). O livro lançado pela Secretaria de Educação Especial intitulado *Tendências e Desafios da Educação Especial* nos lembra a importância extrema do professor face a algumas deficiências graves, como o autismo, como afirma Ana Maria Bereohff :

Autismo: uma história de conquistas, lembra, por exemplo, que embora seja importantíssimo o papel do professor, sendo a qualidade da relação professor-aluno o cerne de todo o atendimento da qual depende a chance de se retirar o autista do isolamento que o caracteriza, não existe no Brasil sequer um curso de formação específica para professores de autistas. Conhecimentos sólidos de Psicologia e Educação que viessem a orientar o professor na forma de atuar junto a esta clientela que apresenta distúrbios graves de comportamentos são imprescindíveis. Entretanto, são raros os professores que dispõem de tais conhecimentos. (BRASIL, 1994, p.09)

Portanto, vê-se que os maiores desafios na formação docente face a educação especial é a superficialidade com que são tratados alguns conhecimentos de Psicologia, que seriam absolutamente imprescindíveis no trabalho não só com crianças autistas, mas crianças com qualquer outro tipo de necessidade especial. O professor em formação que deseja se aprofundar no tema precisa buscar uma pós-graduação para obter respostas sólidas que não encontra na universidade, contudo, sabe-se que depois de formado, o professor geralmente já começa a atuar nesse cenário, sem ter tido o tempo suficiente para saber o que fazer ou mesmo o que pensar.

Outro grave desafio no contexto da educação especial é a permanência do aluno na escola. Muitas vezes se pensa que matrícula é sinônimo de inclusão. Grande engano. Não basta simplesmente matricular, é preciso manter e desenvolver as capacidades do educando:

[...] não basta abrir as portas da escola, porque logo podem ser fechadas com a alegação de que alguns alunos não apresentam condições de adaptação e sucesso. É preciso modificar a concepção de ensinar e aprender na busca de práticas que fomentem o respeito às diversidades, de qualquer natureza. (MAGALHÃES, 2002 p. 69-70):

Além disso, um dos grandes obstáculos no contexto da Educação Especial é a valorização das potencialidades do educando. Muitas vezes a sociedade e os próprios educadores chegam a acreditar que “crianças deficientes não tem futuro”, não há como ter sucesso em suas carreiras e assim por diante, e se limitam a tentar ensinar o básico, a fim de simplesmente cumprir a função docente. Este problema pode se agravar consideravelmente no caso de crianças com deficiência auditiva, deficiência motora, e até mesmo crianças com alguns níveis de Transtorno do Espectro Autista, bem como os possuidores de habilidades especiais (ou superdotados). Sujeitos que poderiam alcançar índices altíssimos de desenvolvimento, incluindo o ensino superior, se recebem atendimento pedagógico especializado, veem suas potencialidades freadas ou sequer ouvidas pelos profissionais (BRASIL, 1994). Esses casos de desperdício de talento e potencial humano deveriam receber mais atenção em todas as instancias educativas; gestão escolar, formação docente e poder público, para que deixem de ser relegados a um destino predeterminado por profissionais de ensino incompetentes.

No caso dos superdotados, por exemplo, cuja educação também deve se encaixar na perspectiva da Educação Especial, este problema ganha proporções ainda mais alarmantes, pois:

[...] uma vez que o ensino no país está voltado para o aluno médio e abaixo da média, deixando-se de lado os alunos mais capazes. Estes são, muitas vezes, hostilizados por professores mal preparados, que se sentem ameaçado diante do aluno que se destaca por um potencial superior. (BRASIL, 1994, p.09)

Esse tipo de problema apenas reflete a falta de compromisso do poder público brasileiro em investir de forma inteligente na Educação, seja regular ou especial, pois mesmo com a profusão de leis que abordam a obrigatoriedade da prestação desse serviço, na prática não é o que vimos. A Educação Especial é, frequentemente, relegada a um segundo ou terceiro plano na lista de metas do poder público e, por isso, acaba não se desenvolvendo tanto quanto poderia. Contudo, vão crescendo cada vez mais o número de vozes que defendem e lutam pelas causas desse tema, a fim de que um dia ele receba a tratamento que lhe é devido.

As iniciativas internacionais e os excelentes programas de mestrado voltados para os estudos na área da Educação Especial, iniciados em 1978 na Universidade Federal de São Carlos constituem os focos do desenvolvimento dessa vertente de ensino no país. Esses cursos formaram mestres que contribuíram de forma significativa para a formação de professores cada vez mais qualificados para atuar no processo de ensino a crianças especiais no Brasil (BRASIL, 1994).

Os estudos de Vygotsky (1997) na obra Defectologia também contribuíram para auxiliar o tratamento que deve ser dado pela Educação Especial, dando ênfase as ideias sobre interação do sujeito com seu meio/outro, e afirmando a importância de as crianças com deficiência mental poderem ter certas barreiras superadas com a possibilidade da operação com signos que geram desafios e tenham significado real para o sujeito que os manuseia.

De qualquer forma, a escola regular deve também adaptar-se as necessidades especiais a fim de promover a efetiva inclusão. Modificações que devem ser tanto humanas – formação e informação docente – quanto físicas. Nesse contexto, a tecnologia pode auxiliar de forma grandiosa o desenvolvimento do educando com necessidades especiais. Para Giroto (et. al. 2012) o avanço da tecnologia permite a integração dessas crianças nas escolas públicas regulares, facilitando, assim, todo o processo educacional. Logo, a tecnologia deve ser um elemento estimulador cognitivo que pode ajudar na execução de um trabalho, despertando o interesse da criança, desde que usado corretamente – ou seja, com meio/recurso, e não necessariamente como fim.

Outra possibilidade para a melhoria dessa vertente educacional no Brasil é através da formação continuada dos professores, que pode começar desde o momento em que o profissional busca aprimorar suas práticas cotidianas e suas percepções de mundo (MANTOAN, 2004).

Outra estratégia mais simples de ser realizada é o próprio diálogo entre professor da sala de aula comum e o professor especial, que muitas vezes se revezam no processo ensino-aprendizagem de um aluno com algum tipo de deficiência ou altas habilidades/superdotação. O diálogo possibilitaria um trabalho colaborativo e um planejamento sólido e eficaz no trabalho com os sujeitos especiais sedentos por aprender cada vez mais, superando seus limites a cada dia.

Diante das inúmeras possibilidades citadas acima, além da constante pesquisa com relatos de experiência envolvendo essa modalidade de ensino, pode-se compreender que as ações para o beneficiamento da educação especial no Brasil devem ser aperfeiçoadas, multiplicadas e estendidas a todo o país, de forma a socializar resultados positivos e repensar a práxis pedagógica no trabalho docente com a Educação Especial.

CONCLUSÕES

Diante dos aspectos observados compreendeu-se que a Educação Especial no Brasil vem crescendo de forma gradual, ancorada por iniciativas internacionais e programas de mestrado que vem dando uma maior visibilidade a esse tipo de atendimento, que tende a crescer cada vez mais.

Neste prisma, cabe aos profissionais da educação perceberem a necessidade de uma

formação continuada, seja ou não formal, bem como o trabalho colaborativo dentro das escolas, a fim de unir forças no processo de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. Além disso, não se pode pensar que a Inclusão é matricular esses alunos no sistema de ensino regular e fazê-lo frequentar o AEE no seu contraturno. É preciso muito mais que isso, para que esses sujeitos possam ter acesso real as mesmas oportunidades que os demais estudantes possuem, daí a necessidade de adaptação da escola ao estudante, e não o contrário.

Apesar dos muitos desafios pelos quais as crianças especiais passam no contexto educativo, sempre existirão caminhos a serem trilhados na busca do sucesso. Caminhos que podem iniciar pela mudança de concepção por parte dos educadores em intervir de forma concreta no processo de desenvolvimento do estudante deficiente, deixando de lado estereótipos de incapacidade total. A educação Especial exige professores que pesquisem e percebam as limitações e possibilidades reais de aprendizagem de cada educando, para que assim possa oferecer estímulos específicos para cada caso, afinal, não é a toa que essas pessoas são chamadas de “especiais”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº. 17, de 11 de setembro de 2001**. Brasília: CNE/CEB, 2001a.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Tendências e Desafios da Educação Especial**. Organizadora Eunice M. L. Soriano de Alencar. - Brasília: SEESP, 1994.

_____. **Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica**. Resolução CNE/CEB nº. 02, de 11 de setembro de 2001. Brasília: CNE/CEB, 2001b.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação Especial no contexto de uma educação inclusiva *in* **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

GIROTTI, R. B; POKER, S. O. (org). **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. 2012.

FUMEGALLI, Rita de Cassia de Avila. **Inclusão Escolar: O Desafio de uma Educação para todos?** Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Especial: Deficiência Mental e Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem. Ijuí – RS, 2012.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva (org.). **Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial**. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. v. 1.

MANTOAN, M. T. E. Caminhos pedagógicos da educação inclusiva. In: GAIO, R.; MENEGHETTI, R. (org.). **Caminhos pedagógicos da educação especial**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Declaração de Salamanca, Ministério da Educação **A atenção educacional à diversidade: escolas inclusivas**. R. Blanco, In: Marchesi, A., Tedesco, J.C., e **A sala de aula inclusiva**. Daniela Alonso e S. Casarin. São Paulo. No prelo 2012.

VYGOTSKI, L.S. Fundamentos de Defectologia - Obras Escolhidas – v.V. Madri: Visor, 1997, p. 391

VYGOTSKI, L.S. Pensamento e Linguagem - Obras Escolhidas – v.II. Madrid: Visor, 1993.

